

APAV®



associação portuguesa de
Apoio à Vítima

RECORTES DE IMPRENSA

NOVEMBRO 2018



APOIO



THE HOUSE OF PR



ID: 77569042

01-11-2018

Violência no namoro continua a ser uma realidade e afecta sobretudo as raparigas

Chefe de Divisão de Acção Social da Câmara de Santarém diz que houve retrocesso ao nível da igualdade de género em relação aos mais novos. Autarquia comemorou o Dia Municipal da Igualdade com declamação de poesia em algumas instituições da cidade, entre as quais a redacção de O MIRANTE.

Ao contrário do que se possa imaginar, houve um retrocesso em relação à igualdade de género e de comportamento sobretudo entre os mais jovens onde continua a haver violência no namoro com os rapazes a quererem controlar o que a namorada faz e a vasculhar o seu telemóvel. Com a agravante que algumas raparigas aceitam esse controlo e submissão.

O alerta é da chefe de Divisão de Acção Social e Saúde da Câmara de Santarém, Elisabete Filipe, que falou com O MIRANTE a propósito do Dia Municipal para a Igualdade que o município assinalou no dia 24 de Outubro. Um grupo de alunos do terceiro ano do curso de Educação Social da Escola Superior de Educação de Santarém



Professora Ana da Silva declamou um poema na redacção de O MIRANTE em Santarém

andou pelas ruas da cidade e em algumas instituições, entre as quais a redacção de O MIRANTE, a declamar poemas sobre a temática "Poesia é Igualdade".

Na sede de O MIRANTE a professora do curso de Educação Social, Ana da Silva, declamou o poema "Lágrima de Preta", de An-

tónio Gedeão, e declamou ainda um poema da sua própria autoria que retrata algumas diferenças entre homens e mulheres que a docente considera ainda existirem.

Ana da Silva considera que sente desigualdade no seu dia-a-dia e que é hábito reclamar quando isso acontece. "Faço re-

clamações quando vejo nos formulários que existe discriminação de género. Por exemplo, quando está escrito 'o utente' ou 'o cliente'. Este pormenor poderia ser resolvido se fosse eliminado o artigo determinante e assim já estaria correcto. São estes pequenos pormenores que têm que ser alterados", justifica. A professora diz que existe mais igualdade mas ainda está longe do ideal e que existe ainda muito caminho a percorrer a este nível.

O objectivo da comemoração do Dia Municipal para a Igualdade é, para a Câmara de Santarém, proporcionar acções de sensibilização e informação à comunidade para que se reflita sobre a questão da igualdade de oportunidades para ambos os sexos. "As mulheres que exercem as mesmas funções profissionais que os homens, em igualdade de circunstâncias, continuam a ganhar menos dinheiro. Além disso, ainda se notam diferenças em contexto familiar entre homem e mulher. Ainda há um longo caminho a percorrer até conseguirmos que exista igualdade de género", explicou Elisabete Filipe.

A chefe de divisão de Acção Social e Saúde da Câmara de Santarém refere que o gabinete da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) do concelho de Santarém reporta "com frequência" a necessidade de se manterem campanhas de sensibilização e de informação sobre a importância da igualdade de género e também violência no namoro uma vez que denotam alguma preocupação em relação ao desrespeito entre pessoas ●

VER VÍDEO
www.omirante.pt



REPORTAGEM

Assédio sexual. É preciso falar (e falar mais)

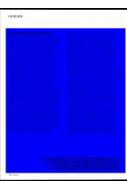
Enclausurado em olhares e sentenças coniventes durante muito tempo, o assédio sexual hoje assume-se protagonista no debate público. As vítimas continuam a ser descredibilizadas, os argumentos permanecem. Mas uma coisa é certa: perfuma a empoderamento. *Por Joana Moreira.*





Seria reconfortante dizer que sempre se falou dele. Traria algum alento revelar que durante anos entre mulheres, entre amigas, se falou de um assunto transversal a todas. Mas não. O assédio sexual foi assunto-tabu durante séculos, e a empatia da sororidade resignou-se durante muito tempo a mirares cúmplices, de quem compreende o que outra quer dizer quando admite que o metro à noite é um espaço a evitar, ou que a multidão num festival de música a deixa desconfortável. Em 2018, o caso mudou radicalmente de figura. O assédio sexual está nas televisões, nos jornais, nas redes sociais. Está na ordem do dia, à distância do próximo *post*. Mas para que não nos acusem de memória curta, Ana Guerreiro, investigadora na área dos Estudos de Género, lembra que este foi – é – um longo processo. “Da mesma forma que a violência [doméstica] passou para [crime] público, e foi na altura uma das grandes reclamações dos movimentos feministas dos anos 70 e 80, em que havia uma necessidade de trazer a público o que estava no privado”, também o assédio sexual tem agora o seu *momentum*. “O assédio sexual é provavelmente uma das maiores formas de preconizar os estereótipos de género”, atenta a investigadora, que é também membro da direção da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, uma associação de direitos das mulheres criada dois anos depois do 25 de Abril. “Vamos aprendendo desde cedo, através de um sistema patriarcal, através de um sistema em que há uma clara opressão da mulher e uma educação para as diferenças de género, que nos temos de comportar de determinada maneira e que temos de aceitar certas coisas: uma boca, um piropo que nos é mandado no espaço público, mas também no espaço privado, não só na questão da verbalização, mas também noutro tipo de comportamento que envolva o toque, o exibicionismo, etc.” Ana é pragmática quando diz que “só falando deste assunto no espaço público é que conseguimos evoluir” e que movimentos como o *#MeToo* foram essenciais para lá chegar. “A verdade é que a partir do momento em que uma de nós reclama, as outras ganham força para trazer a público as suas situações.” É certo que quando uma reclama as outras poderão ganhar força, mas o cliché “a união faz a força” ganha sentido literal quando falamos com Carolina Marcello, membro do Slut Walk Porto, um movimento que surgiu no Canadá depois de um agente policial ter declarado numa conferência na Universidade de Toronto que as mulheres deviam “evitar vestir-se como galdérias (*sluts*)” para não sofrerem violações. Na Invicta, reapropriaram o termo “galdéria” e questionam o rótulo: “Não há

‘nós’ e ‘as outras’, ‘as boas’ e ‘as más’, estamos todas no mesmo barco e temos de remar juntas.” “Esta ideia de *dress code* para o assédio simplesmente não corresponde à realidade. Os ataques podem acontecer em todos os contextos e situações, e são exclusivamente causados pelos comportamentos criminosos dos agressores, nunca pela roupa que vestimos”, afirma Carolina. A normalização do assédio é quase uma não questão. “É algo que faz parte do nosso dia a dia. Somos ensinadas a entender o assédio como elogio ou brincadeira inofensiva, é esperado que sejamos simpáticas e sorridentes em troca, mesmo quando nos sentimos desconfortáveis e inseguras. Quando alguém invade o nosso espaço, quando ficamos com medo de andar na rua ou de apanhar um transporte público, quando entramos em casa ou no carro a correr de noite... tudo isto são exemplos de como o assédio sexual é algo que faz parte do quotidiano das mulheres”, retrata. Contudo, a culpabilização da vítima é, para Carolina Marcello, ainda o principal problema. “É a norma na nossa sociedade. Habitualmente, a primeira reação que uma vítima recebe quando conta a sua história é desconfiança, descrédito. É questionada, humilhada, há um escrutínio absoluto de todos os aspetos da sua vida, em busca de um motivo para a culpar, para apontar o dedo e tentar responsabilizá-la pela violência que sofreu”, diz, assumindo que os padrões de argumentação nem têm de ser elevados. “Qualquer razão mirabolante parece servir: a roupa, a maquilhagem, o horário, o lugar, a nacionalidade, a profissão, se dançou, se bebeu, se estava feliz... É ridículo pensarmos que alguma destas coisas pode justificar”, diz.

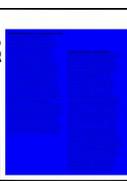


Argumentos e espantalhos

A questão da justificação leva-nos a procurar perceber se a forma como percebemos o assédio sexual pode estar, de alguma forma, relacionada com a argumentação. Ana Pereira de Andrade, professora de Argumentação e Retórica na Faculdade de Direito da Universidade Católica, no Porto, esclarece: "Nesta questão nem se trata de argumentos válidos ou inválidos, trata-se de argumentos que estão assentes em premissas erradas. Ou seja, parte-se do princípio de que determinadas questões, que são uma questão de opinião e não uma questão de facto, são factos." Para Ana, os debates em torno do assédio sexual estão muitas vezes relacionados com as representações sociais do que é um homem e uma mulher. Discutir o assédio sexual pode levar à utilização de argumentos "absolutamente destituídos de sentido porque partem de representações que não são reais, dessa ideia do homem quase apático, que os seus impulsos sexuais dependem da forma como a mulher se apresenta". Os papéis de género não são, contudo, o único facto que pode comprometer a objetividade quando se analisa um caso. "Aquilo que eu noto é que as pessoas baseiam os seus argumentos não só nestas representações, mas também nos afetos. Ou seja, quem gosta do Cristiano Ronaldo, ou do homem que é abusador, tende a desculpá-lo, quem não gosta tende a atacá-lo. Mais uma vez, é partir de premissas erradas." Argumento para lá, premissa para cá, algo não deixa dúvidas: há estratégias retóricas que podem ser utilizadas para descredibilizar as vítimas. "Uma das mais fáceis e que é sempre muito usada é a falácia *ad hominem*, que é a estratégia de atacar a pessoa em vez da argumentação da pessoa. Ou seja, 'ela diz que foi assediada, mas toda a gente sabe que ela tem muitos namorados'", exemplifica a professora universitária, resumindo que "a pessoa pode estar até nua que não tem de ser assediada, não tem de ser atacada". Distinta, mas também uma opção, é a falácia do espantalho. "Trata-se de ignorar o argumento mais forte, neste caso 'a pessoa foi assediada' e desviar a questão para 'ah, mas isto agora toda a gente diz que foi assediado, já ninguém pode acreditar em nada'." "Ou seja, [é] desviar a questão, ridicularizando-a e tornando-a uma coisa banal, que não merece o nosso interesse", conclui. A fechar a tríade de estratégias mais utilizadas está a falácia *ad misericordiam*, um argumento usado para tentar desculpabilizar o agressor, como explica Ana. "Do género: 'Coitado, mas uma pessoa deste calibre social lá precisa de violar alguém?'. Não sei o que é que as pessoas estão a tentar dizer, mas só assedia sexualmente quem é um perfeito monstro?"

A história prova o contrário, que os maiores assediadores têm muito poder e é por isso que podem assediar como podem." Mas se identificar os argumentos falaciosos é assim tão simples, porque é que continuamos a ouvi-los? "É muito mais fácil eu atacar com falácias a argumentação do que estar a tentar compreendê-la. Tentar perceber porque é que esta pessoa está a dizer o que está a dizer, quais são as razões para ela dizer o que está a dizer", descreve. Até porque a repetição continuada tem efeitos: "As pessoas porque já ouviram dizer 500 vezes sentem-se legitimadas para repetir as falácias, nomeadamente estas de ataque puro." O pensamento crítico parece ser o único barco a remar contra a maré falaciosa, que, segundo a docente do Porto, é mais facilmente disseminada do que a boa argumentação. É um daqueles casos em que ponderamos se será o universo a conspirar contra nós. Mas há uma explicação lógica para a falta de lógica, passando a redundância. "A falácia é sempre muito mais propagável do que o pensamento profundo porque esse dá muito trabalho e obriga-nos a ir ao fundo da argumentação e a descobrir que afinal a nossa não é assim tão forte e que precisa de uma revisãozinha. E isso as pessoas não querem fazer", atesta Ana Pereira de Andrade. Quando se desmonta as estruturas e os objetivos deste tipo de argumentação, torna-se mais claro encontrar o preconceito enraizado. "Neste momento estou preocupada com uma grande questão que é a sistemática culpabilização das vítimas. E a desculpabilização do agressor", alerta a investigadora Ana Guerreiro. "Obviamente que não estamos a dizer aqui que o Ronaldo tem culpa, obviamente até que provem o contrário ninguém é culpado", diz, lembrando que o grande princípio do Direito, o da presunção da inocência, tem de ser respeitado. "Agora, é preciso também ter em mente que o que acontece em praça pública, nas redes sociais, é uma constante culpabilização da vítima e descredibilização da vítima", conclui. A repercussão dos casos mediáticos é uma das questões que se levanta, e o caso de Cristiano Ronaldo, acusado por uma mulher de alegadamente a ter violado, tem polarizado a opinião pública. "Toda a gente sai a defender o Ronaldo, e aceito muito bem que o façam, mas automaticamente, em vez de ter uma atitude neutra perante a situação, têm uma atitude de clara defesa do agressor em detrimento da vítima que passa a ser a culpada e posta em causa", denuncia a investigadora. "É quase como alguns investigadores da área que lhe chamam uma 'caça às bruxas'. Porque efetivamente o que acontece é desculpabilizar o agressor e culpabilizar a vítima: 'porque é que ela só veio agora falar?' Quando há uma série de motivos que levam a que isto aconteça."

"HABITUALMENTE, A PRIMEIRA REAÇÃO QUE UMA VÍTIMA RECEBE QUANDO CONTA A SUA HISTÓRIA É DESCONFIANÇA, DESCRÉDITO. É QUESTIONADA, HUMILHADA, HÁ UM ESCRUTÍNIO ABSOLUTO DE TODOS OS ASPETOS DA SUA VIDA, EM BUSCA DE UM MOTIVO PARA A CULPAR, PARA APONTAR O DEDO E TENTAR RESPONSABILIZÁ-LA PELA VIOLÊNCIA QUE SOFREU." CAROLINA MARCELLO.



Solidariedade e empoderamento

A 10 de outubro, o episódio do programa *Linha Aberta* com Hernâni Carvalho, na SIC, dedicado à violência doméstica, mostrou uma vítima do crime, em entrevista, a ser questionada sobre o caso recente que envolveu Cristiano Ronaldo. Emília (nome fictício) condena veementemente Kathryn Mayorga: “Será que esta rapariga quando subiu ao quarto subiu com uma arma apontada? Enquanto esteve a ser violada teve uma arma apontada? Não.” “Esta senhora põe as coisas de uma forma muito... não parece, mas é muito objetiva”, comentou de imediato o apresentador do programa, Hernâni Carvalho. Em estúdio, Maria Cunha Louro, psicóloga forense, corrigiu que, na verdade, “ela (Emília) põe as coisas como ela percebe a situação, portanto, qualquer pessoa que sobe a um quarto, não é por subir a um quarto que tem direito a ser violada”. Ver uma mulher a falar de outra nestes termos numa televisão em sinal aberto faz-nos pensar, afinal, o que é que se pode fazer no espectro oposto: o empoderamento das vítimas. Numa casualidade feliz, é no Dia Municipal para a Igualdade que conversamos precisamente com Maria Cunha Louro, que nos diz que a solidariedade feminina é importante, mas que há outras formas de ajudar ao empoderamento. “Além da educação, que é a base de todos nós, a questão da própria justiça e o que faz neste tipo de casos. Porque as sentenças são também uma mensagem para a sociedade em geral. É preciso assegurar uma correta aplicação da lei e uma justa punição, porque é preciso passar uma mensagem para a sociedade geral que este tipo de situações não é aceitável, não só socialmente, mas do ponto de vista do próprio direito”, explica. Daniel Cotrim, da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, acredita que um dos veículos para o empoderamento está no exercício de uma cidadania ativa. “Ter comunidades ativas, que sejam parceiras do sistema, para denunciar a violência contra as mulheres, que discutam aspetos relacionados com a igualdade e com a cidadania, que discutam as questões do empoderamento.” Para o assessor técnico da direção da associação, hoje o empoderamento está a ser feito ao contrário. “Cada vez que digam a um homem que agora ficou com pena suspensa, para ele isto é uma absolvição, é um arquivamento de processo. Vai dizer ‘estou livre e ninguém acredita em ti’. O que temos de fazer é literalmente passar uma mensagem do sistema exatamente oposta, que é: o sistema tem de ser rápido na sua resposta, as respostas judiciais têm de ser cumpridas dentro do seu tempo.”

Justiça divide o problema

Na lei portuguesa, o assédio sexual está presente em dois sítios distintos. Está no artigo 170.º do Código Penal, referente ao crime de importunação sexual, em que estão previstas as situações de exibicionismo, verbalizações de teor sexual e contacto físico, e está no artigo 29.º do Código de Trabalho, de uma forma mais ampla, onde se inclui o assédio moral, mas também o assédio sexual. No entanto, este último não é considerado crime, mas antes uma contraordenação muito grave. “Há esta visão quase dupla do mesmo problema”, explica Daniel. Em 2015, um estudo desenvolvido pelo CIEG – Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, sobre assédio sexual em meio laboral, pôs Portugal entre os países da Europa com maior taxa de assédio. A publicação revelou que 14,4% das mulheres já fora vítima de assédio sexual no trabalho. Já no caso de importunação sexual, uma notícia do *Público*, em agosto passado, revela como não houve nenhuma condenação em três anos, apesar de só em 2017 terem sido abertos mais de 15 inquéritos por semana. Os números, ou a falta deles, são para a psicóloga Maria Cunha Louro uma prova de que “a própria sociedade vê isto como um crime menor, é crime, OK, mas nem está contemplado no nosso código penal, portanto logo ali a lei faz uma omissão e desvaloriza o assédio sexual”. “Há aqui uma mensagem implícita”, não tem dúvidas. E volta à tona a questão da descredibilização: “A vítima quando vai dar baixa da queixa é até às vezes motivo de chacota. ‘Não acha que percebeu mal?’, perguntam-lhe. Ou seja, há uma desvalorização desse tipo de comportamentos, não só por parte da sociedade, mas também por parte de quem recebe estas queixas que não se deverá comportar desta maneira.” Ainda assim, segundo Daniel Cotrim, a queixa continua a ser a medida certa a tomar. “O sistema só muda se as mulheres avançarem contra ele. Se o usarem da forma como o têm de usar”, diz. A alternativa é o “sistema entrar num momento de caos, mas o caos é ótimo porque depois vem a organização”. Na receção da sede da APAV, em Lisboa, onde aguardamos pelo técnico antes da entrevista, não faltam panfletos informativos. Uns dirigidos a vítimas de violência doméstica, outros com foco no assédio sexual, estrategicamente posicionados perto da zona de espera. Não há imagens gráficas, apenas uma fonte simples e que facilita a leitura. Daí que não seja surpreendente quando Daniel diz o que é, para ele, crucial neste processo de empoderamento feminino: “O próprio Estado quando fala de mulheres vítimas [tem de] deixar de apresentar as mesmas imagens de sempre, o mesmo ar de quase morta, com que muitas vezes apresentam as vítimas, tem de ser dar uma outra perspetiva, a da saída.” Entre acórdãos polémicos e sentenças que vão agitando a agenda mediática, ainda há motivos que dão força a um futuro risonho. “Há pelo menos uma sentença já em Portugal sobre violência psicológica. Isto já faz jurisprudência. Não é por não haver provas que as mulheres não devem avançar. Devemos ir juntas contra e com o sistema.” ●



Lagoa acolhe as V Jornadas APAV Açores contra a Violência

Na próxima Quinta-feira, 15 de Novembro, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) dos Açores promove, na Lagoa, as V Jornadas APAV Açores contra a Violência, a ter lugar no Cine Teatro Lagoense.

“Após quatro edições, Lagoa será pela primeira vez palco de discussão e reflexão partilhadas com vários parceiros, sobre temáticas do âmbito do apoio a vítimas de crime e da prevenção da vitimação e da violência”, refere a associação, em comunicado. Na quinta edição das jornadas serão abordadas três áreas, nomeadamente a violência filiofamiliar, o apoio online a vítimas de crime e a violência contra pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência.

O programa do evento contará com “um vasto painel de especialistas”: Catarina Machado (coordenadora do Serviço Acção Social da Câmara Municipal de Lagoa), Maria José Martins (representante da Segurança Social na Rede Regional de Cuidados Continuados), Sónia Sousa Braga (juíza de Direito do Juízo de Família e Menores de Ponta Delgada do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores), Joana Quental Vasconcelos (psicóloga/terapeuta familiar no Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica),

APAV[®]



associação portuguesa de
Apoio à Vítima

Pedro Gomes (psicólogo clínico na Associação de Promoção de Públicos Jovens), Ana Filipa Nabais e Rui Melo (Associação Seara de Trigo), Manuela Santos, Maria Chaves Martins e Raquel Rebelo (APAV) e Maria de Oliveira (coordenadora executiva do Centro de Formação APAV).

Com início marcado para as 9h30, a sessão de abertura arranca na voz de representantes da Secretaria Regional da Solidariedade Social e da Câmara Municipal de Lagoa. As Jornadas estendem-se ao longo do dia e terminam com uma sessão de encerramento, marcada para as 16h45, com a presença de Sílvia Branco, gestora da APAV Açores.



3.300 queixas na APAV por agressões pelos filhos

Mais de 3.300 pais ou mães precisaram da ajuda da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) nos últimos cinco anos por terem sofrido agressões por parte dos filhos, entre casos de violação ou tentativa de homicídio. Segundo dados da APAV, entre 2013 e 2017, 3.369 pessoas pediram ajuda à associação por serem vítimas de violência doméstica por parte dos filhos, registando-se 3.387 processos de apoio e 7.076 factos criminosos. Só no ano passado, a APAV recebeu 765 pedidos de ajuda, menos 62 casos do que em 2016, mas mais 208 do que em 2013, o que representa um aumento de 37% em cinco anos.◀



Campanha para eliminar violência contra mulheres



Campanha é tentativa de eliminar a violência contra mulheres

LANÇADA HOJE O Governo lança hoje uma nova campanha pela eliminação da violência contra as mulheres, uma iniciativa que conta com vários parceiros e que apela para que as pessoas denunciem todas as situações conhecidas.

«Bastaria uma vítima para nos inquietar, mas verificaram-se mais de 26 mil ocorrências de violência doméstica em 2017 e já 21 homicídios de mulheres em 2018, em Portugal, para além das situações que continuam invisíveis. Neste sentido, a campanha apela para que todas as pessoas, não só as vítimas, denunciem situações de violência contra as mulheres», refere o Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa.

A campanha surge a propósito do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que se assinala no domingo, numa iniciativa da secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, em conjunto com a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a Associação Portuguesa de Mulheres Juristas (APMJ), o Movimento Democrático de Mulheres (MDM), a Associação Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM), a União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).◀



APAV - Formação em Montalegre



O auditório da biblioteca municipal de Montalegre acolheu uma ação de formação promovida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Um conjunto de reflexões, partilhadas com vários parceiros, sobre temáticas no âmbito do apoio a vítimas de crime e na prevenção e proteção em casos de violência.



Colocar vítimas nos calabouços “é próprio de um país do terceiro mundo”, diz Paulo Morais

O juiz coordenador nas varas criminais disse ao *i* que vai tomar uma posição. APAV e Paulo Morais criticam duramente a forma como testemunhas são tratadas

CARLOS DIOGO SANTOS
carlos.santos@ionline.pt

A detenção em calabouços de vítimas e testemunhas de crimes como violência doméstica que não comparecem voluntariamente no Campus da Justiça, em Lisboa, é considerada inaceitável por Paulo Morais e pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Uma investigação do *i* revelou ontem diversas falhas de segurança no principal complexo de tribunais do país – poucos polícias, normas para que usem armas descarregadas, inexistência de revistas às detidas – e denunciou que as vítimas de violência doméstica com mandado de condução são colocadas em celas, na ala onde ficam os suspeitos de crimes.

Confrontado, o Ministério da Administração Interna remeteu para a PSP qualquer esclarecimento. E este órgão de polícia criminal confirmou a existência de algumas falhas de segurança, admitindo que os calabouços são usados para vítimas e testemunhas.

Apesar de os magistrados garantirem que já fizeram alguns alertas sobre a segurança no Campus de Justiça, o Ministério da Justiça, tutelado por Francisca Van Dunem, disse apenas que não identifica nenhuma falha

na segurança e ficou em silêncio perante as detenções de vítimas nos calabouços.

Contactada ontem pelo *i*, a Procuradoria-Geral da República não respondeu se pondera ou não averiguar a situação.

A situação é “inaceitável” para Paulo Morais, presidente da Associação Frente Cívica. “As pessoas que denunciam situações nos mais variados casos, em Portugal são sempre tratadas sem dignidade e muitas vezes com o incumprimento da lei. O sistema judicial tem de começar a tratar com dignidade as pessoas”, afirma Paulo Morais, acrescentando: “Tratar os queixosos como condenados é próprio de um país de

terceiro mundo. E Portugal às vezes trata as vítimas como se fossem réus.”

Para João Lázaro, presidente da APAV, a detenção de vítimas em celas merece um pedido de esclarecimentos públicos: “O Estado português tem obrigações no âmbito da legislação, inclusivamente europeia, de assegurar condições para as vítimas e para as testemunhas, nomeadamente através de espaços próprios que não conduzam a uma maior vitimização.”

João Lázaro afirma que “não é admissível que não haja espaços próprios e é inadmissível que tenham de esperar em condições não condignas, onde espera quem tem a qualidade de agente de perigo”. “É contra as normas e estatuto das vítimas de crime em Portugal e, claro, contra as obrigações europeias, que o Estado português tem de cumprir.”

Ao *i*, o juiz coordenador das Varas Criminais disse desconhecer a situação e garantiu que vai tomar uma posição para pôr fim a este tratamento das vítimas.

Como o *i* noticiou ontem, a falta de elementos da PSP no Campus de Justiça levou a que fosse determinado que os agentes andassem com armas descarregadas para não serem surpreendidos pelos detidos, que transportam muitas vezes aos pares.



OSP vai tomar medidas

Contactada ontem pelo *i*, a Organização Sindical dos Polícias disse estar a tomar medidas denunciando às autoridades (PGR, MAI e PSP), além das falhas de segurança, as más condições de trabalho dos agentes da esquadra do Campus de Justiça.



Vítimas quando não comparecem voluntariamente são colocadas nestas celas



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Mais mulheres assassinadas

Até 20 de novembro, 24 mulheres foram assassinadas em Portugal, quando se registaram 18 casos em 2017

JOÃO MONIZ
jmoniz@destak.pt

O observatório da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) contabilizou 24 femicídios em contexto de intimidade ou relações familiares próximas até 20 de novembro deste ano, quando em igual período de 2017 registara 18. Inclusive, o número de mulheres assassinadas até terça-feira já ultrapassa a totalidade dos casos do ano passado: 20.

As mulheres com mais de 65 anos são as principais vítimas, seguidas da faixa etária dos 36 aos 50 anos. A UMAR dá ainda conta de 16 tentativas de homicídio, uma ligeira redução face às 23 de 2017. Contudo, a associação ressalva que o «número pode não corresponder à totalidade das tentativas efetivamente ocorridas», uma vez que só constam as noticiadas.

No âmbito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as



© ISTOCKPHOTO

Entre 2013 e 2017, APAV abriu 36 528 processos por violência doméstica

Mulheres, que se assinala no domingo, a APAV registou 36 528 processos de apoio a vítimas de violência doméstica entre 2013 e 2017, que se traduziram em 87 730 factos criminosos.

Olhos das vítimas “dizem” que vergonha impede denúncias

Violência Cerca de 24% das mulheres portuguesas passam por situações de violência a partir dos 15 anos



Mulheres estão em larga maioria nas vítimas de violência

Cerca de 80% de vítimas são mulheres

O relatório anual de segurança interna indica que cerca de 80% das vítimas de violência doméstica no nosso país são mulheres. Sobre assédio no local de trabalho, a percentagem não é muito diferente: entre as vítimas, 78,8% são do sexo feminino.

As explicações para o facto de as mulheres serem as principais vítimas de situações de violência ou abuso não são claras. No entanto, Maria Rosário salienta que «as mulheres são vistas como sendo mais facilmente enganadas, exploradas». ◀

Patrícia Isabel Silva

O que têm em comum Soraia Chaves, Melânia Gomes ou Helena Laureano, além de serem actrizes de profissão? Todas elas foram vítimas de violência e integram as estatísticas que indicam que 24% das mulheres portuguesas começam a passar por situações de violência de ordem física e/ou sexual a partir dos 15 anos, segundo dados da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Os exemplos das actrizes que todos os dias nos entram em casa através da televisão e que revelaram as suas histórias publicamente, precisamente em programas de televisão, foram o ponto de partida de uma sessão, organizada pelo grupo de estudantes da Amnistia Internacional de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, em parceria com o núcleo de estudantes de Psicologia, Ciências da Educação e Serviço Social da Associação Académica de

Coimbra, para assinalar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.

«O que dizem os olhos destas pessoas?», perguntou aos participantes Maria Rosário, docente da FPCEUC. «Tristeza» e «mágoa» foram algumas das respostas, mas também «vergonha» e é essa mesma vergonha e até questões culturais

Desde Janeiro deste ano, 24 mulheres foram assassinadas pelos maridos ou companheiros

que, muitas vezes, impedem as vítimas de apresentar queixa nas autoridades, pedir ajuda nas muitas instituições que existem no país ou até mesmo de perceber que estão a ser mal tratadas.

«O que não nos falta é cobertura legal, mas há o problema da imagem social, estereótipos, preconceitos, crenças», lamentou a professora, realçando que as pessoas vão

desculpando e escondendo a violência, enquanto podem.

Se os dados de 2018 não deixam dúvidas – 24 mulheres foram assassinadas pelos maridos ou companheiros desde Janeiro –, Maria Rosário, perante uma plateia, maioritariamente, constituída por jovens estudantes, alertou para a violência no namoro e contou até uma história de uma aluna a quem o namorado apagou tudo o que tinha no computador, eliminou-lhes todas as páginas de redes sociais e controlava todas as mensagens, mesmo antes de ela as ler.

Ficou o alerta da docente, que traçou ainda o perfil dos agressores: «são estratégias, manipuladores e dissimulados».

A iniciativa, organizada pelos estudantes, incluiu ainda mais duas sessões: uma sobre “Violência doméstica: da leitura à intervenção”, conduzida por Generosa Morais e, a encerrar o programa, “Apoio psicológico a vítimas de violência doméstica”, por Inês Bastos. ◀



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. "NÃO SOFRA EM SILÊNCIO"

FERNANDO ANDRÉ SILVA

Assinalou-se no passado domingo, 25 de novembro, o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, o que despoletou várias ações ao longo da última semana, também em Vila Verde. A fachada de vários edifícios municipais ostentou várias faixas alusivas ao tema, na passada sexta-feira, retratando as mulheres mortas por violência doméstica em 2017.

Já a partir deste domingo, foram desenvolvidas várias atividades, a nível nacional, como o caso da Guarda Nacional Republicana que estará durante toda a semana com campanhas de sensibilização para este tipo de crime, sobretudo em meio rural onde se registam habitualmente casos de violência doméstica relacionado com armas de fogo.

Também a Polícia de Segurança Pública assinalou este dia com uma "Carta Aberta" às mulheres vítimas de maus-tratos. Aquela polícia mostra-se "disponível" para receber qual-

quer denúncia de maus-tratos e apela para que as mulheres que sofrem em silêncio se munam da força necessária para fazer uma chamada para a esquadra mais próxima ou deslocar-se lá pessoalmente.

Em 2017, foram registadas 21 mortes como consequência de violência doméstica em Portugal.

Pedir apoio

Se foi vítima de violência e em caso de emergência contacte o 112 – número nacional de socorro – que chamará a polícia.

Pode apresentar queixa na GNR, PSP, piquete da Polícia Judiciária ou diretamente junto dos Serviços do Ministério Público.

Se é vítima recorrente e sofre em silêncio contacte a APAV através da Linha de Apoio à Vítima: 116 006 (chamada gratuita, dias úteis 09h-19h) ou pelo email apav.sede@apav.pt.

Ser-lhe-á disponibilizado apoio psicológico, jurídico, emocional e social, gratuito e confidencial.

ESPECIAL



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM VALOR DA VIDA

Elas também agridem

Becas e Eugénio sofrem nas mãos das suas companheiras. A autora da novela da TVI explica que violência não tem género ou estrato social

Texto: Liliana Peixoto Fotos: TVI Divulgação e redes sociais

No início de “Valor da Vida”, Becas (Teresa Tavares) e Cláudia (Susana Arrais) pareciam um casal tranquilo, mas o desgaste da relação acaba por revelar alguns traços das personagens que não são muito divulgados entre mulheres. Cláudia trata mal a companheira e bate-lhe várias vezes. Noutra esfera social, também Piedade (Ana Saragoça) agride fisicamente o marido, sem remorsos, quando perde a ca-

beça com Eugénio (Cassiano Carneiro). Maria João Costa, a autora da trama, usou estes dois casais para chamar a atenção do público para a violência doméstica mas não só. “A minha ideia é falar sobre feminismo e lembrar que a violência não é um exclusivo de género. Por isso, na novela, tenho uma mulher que bate em outra mulher e um homem que é agredido pela

sua companheira. A violência decorre de situações de poder, antes de tudo”, explica a guionista, que acabou de ser premiada com um Emmy por “Ouro Verde”. “É evidente que existem mais homens agressores do que mulheres, mas estas não estão isentas de poder cometer o mesmo tipo de agressão (física e psicológica). É preciso mudar este estado de coisas!”, considera. Atenta aos seus seguidores e

“Cada um de nós pode ser um agressor em potência”

ao público, Maria João Costa diz-se contente com os resultados desta abordagem ao problema. “Acho que as pes-

**Violência**

Apesar de ser uma boa advogada, Cláudia ferve em pouca água no que toca à sua vida familiar

No início da trama, Cláudia e Becas, com o filho, Santiago, são o retrato de uma família feliz. Mas tudo muda...



soas têm entendido aquilo que se quer passar, que é, antes de tudo, desprezar qualquer tipo de violência. E que cada um de nós pode

ser um agressor em potência em função da situação em que se encontra”, afirma. Teresa Tavares, a Becas da história, não esconde o or-

AGRESSÕES ENTRE CASAIS DO MESMO SEXO A CRESCER

O número de pedidos de ajuda de homossexuais devido a situações de violência doméstica, sexual ou psicológica, cresceu no ano passado. A ILGA Portugal, associação que apoia a comunidade gay, bissexual, transexual e intersexo portuguesa, recebeu 188 denúncias em 2017, mais nove do que as registadas no ano anterior. A APAV também diz que houve “uma maior proatividade dos membros da comunidade LGBT face à violência doméstica”, sendo que no ano passado 37 homens e 38 mulheres pediram ajuda por situações de violência física ou psicológica.

Para onde fugir?

Em maio de 2018 abriu o primeiro centro de acolhimento de emergência para vítimas de violência doméstica LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transgénero e intersexo) de todo o País. Fica em Matosinhos, é gerida pela Associação Plano I e chama-se Casa Arco-Íris.

CASA ARCO-ÍRIS
CASA DE ACOLHIMENTO DE EMERGÊNCIA PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA LGBTI



ESPECIAL

Piedade agride Eugénio quando este a contraria

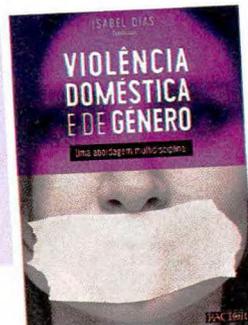
SAIBA QUE

De acordo com o relatório anual de 2017 da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), cerca de 17% das vítimas eram do sexo masculino.

Dramas secretos

gulho de poder retratar estes dramas bem reais. “A reação das pessoas tem sido incrível. Porque a história tem tantos acontecimentos... e o facto de serem homossexuais não tem relevância. A questão é outra”, sublinha a atriz que sente que, de alguma forma, expõe estas situações. “É um crime público e os números são elevadíssimos em Portugal. Inclusivamente no namoro, há dados que dizem que 50% dos jovens

já teve um caso de violência. O que é elevadíssimo e uma loucura”, conclui a atriz de “Valor da Vida”. ■



Como estes crimes continuam bem presentes na sociedade, foi lançado a obra “Violência Doméstica e de Género, uma Abordagem Multidisciplinar”, da Factor.



Discutir a violência e encontrar formas de a sinalizar

O Centro de Negócios Transfronteiriço (CNT) em Elvas recebeu a conferência 'STOP Violência Interpessoal – Ação de Saúde na Prevenção da Violência Interpessoal no Alentejo'. Uma sessão que discutiu o tema da violência por todas as faixas etárias, num encontro que juntou núcleos da Administração Regional de Saúde do Alentejo que trabalham na prevenção da violência.

Durante este dia foram partilhadas experiências e abordados vários tipos de violência, desde abusos a crianças e jovens em risco, violência doméstica, bullying, cyberbullying (através da internet), abandono de idosos ou violência psicológica, entre outros casos.

José Robalo, Presidente do Conselho Directivo da ARS Alentejo, abordou a importância do evento. "Devemos por em cima da mesa uma preocupação da parte da Saúde relativamente à violência que é exercida entre pessoas, física ou psicológica. A saúde tem um papel muito importante na identificação em alguns destes casos. São os próprios médicos de família que devem ter um conjunto de preocupações em verificar se os utentes estão a ser violentados na liberdade individual ou não. Este congresso é fundamental para sinalizar as situações e criar uma resposta adequada às diversas situações que nos surgem. A resposta pode ser relacionada com a Saúde como também com instituições, segurança social e matéria jurídica", referiu ao 'Linhas'.

Maria João Martinez, psicóloga clínica da ULSNA (Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano), disse que actualmente os profissionais estão melhor preparados para sinalizar problemas de violências nas pessoas.

"Violência sempre houve mas não era sinalizada e identificada, passava ao lado. Actualmente temos profissionais mais sensibilizados e com formação para sinalizar estas questões. Em Elvas [a sinalização] entra pela porta de urgência do Hospital, a partir daí a pessoa ou diz explicitamente que foi vítima, ou os profissionais do serviço sinalizam sintomas associados à pessoa e identificam como situação de violência. Após essa identificação é crime público", disse ao ressaltar que "todos temos o dever de sinalizar".



A psicóloga indica que em Elvas se encontram todo o tipo de situações de violência, mas que no último ano "houve um acréscimo de situações com crianças", além da violência praticada a idosos, seja a envolver familiares ou mesmo as "instituições onde estão acolhidos".

Com as novas tecnologias surgiu um novo tipo de violência, o Cyberbullying, ou seja o abuso virtual através da Internet. Maria João Martinez assume que em Elvas existe este tipo de violência, contudo pela natureza de não ter contacto físico, é relatada e tratada pelas forças de segurança.

A profissional da ULSNA afirma que a violência mexe com várias questões, onde estão enraizados vários paradigmas culturais, o que leva as pessoas a não se responsabilizarem.

"A violência no sexo masculino existe (15% registado entre 2013-17, segundo dados da APAV) e está provado que é muito mais psicológica que física. Não implica que seja



menos grave. Estas vítimas sofrem durante anos com receio de se expor à sociedade, devido à questão cultural e masculinidade", diz ao acrescentar que a fraca celeridade da Justiça leva a que muitos recusem tomar medidas.

"Não nos esqueçamos que estamos no interior do Alentejo, numa zona fronteiriça. É um local de passagem, onde se encontram situações como tráfico de mulheres ou violência com trabalhadores rurais e temporários. O Interior não é fácil e há que desbravar muito terreno. Temos uma cultura fechada e depressiva", aponta Maria João Martinez.

A vereadora Vitória Branco esteve em representação do município e indicou a necessidade de refletir esta temática que abrange todos os estratos sociais: "É uma problemática transversal em vários pontos, cada vez mais a violência se torna preocupante com repercussões em todos os estratos da sociedade. Enquanto autarquia tentamos dar alguns apoios sociais de forma a que as famílias não tenham, nessa área, razão para discriminar os mais velhos ou crianças".

A sessão decorreu na sexta-feira, 23 de Novembro.

Alexandre Levezinho



Número de crimes por violência doméstica não apresenta tendência decrescente

Em semana de Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, as estatísticas reveladas pela APAV demonstram que o sexo feminino continua a ser o mais afetado em casos de violência doméstica. Guimarães registou, em 2017, 230 crimes nessa categoria.



Os números relativos à violência doméstica em Guimarães não estão em tendência decrescente. Segundo os dados da Pordata, em 2017 houve 230 casos reportados às autoridades, um valor que pouco tem oscilado nos últimos nove anos. Em se-

mana do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, as estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), dão ainda conta que continuam a ser as mulheres a reportarem mais este tipo de violência.

Cerca de 83% das vítimas que recorrem à APAV são do sexo feminino, com idade média de 42 anos. A mesma maioria feminina aplica-se aos casos de violência quando a vítima é criança ou jovem e também quando se tratam de idosos e esta foi uma das realidades que esteve em evidência na ação desenvolvida pela Câmara Municipal de Guimarães no domingo, 25.

Sob o mote "Unidos contra a violência sofrida pelas Mulheres", o município organizou uma iniciativa de sensibilização, em conjunto com os municípios de Fafe e da Póvoa de Lanhoso. Em Guimarães, o final desta atividade teve lugar no Campo de S. Mamede onde, num momento de partilha e reflexão, foi possível colocar as mãos, molhadas com tinta, numa faixa com o slogan da iniciativa, demonstrando, num compromisso individual, a associação à causa e demonstrando que todos podem contribuir para a construção de um mundo mais

justo e sem violência.

Segundo as estatísticas divulgadas pela APAV, no ano passado foram apoiadas pela mesma 25 pessoas no concelho de Guimarães, de um total de 9.176 vítimas em todo o país. Nos concelhos vizinhos, Braga teve 166 pessoas apoiadas, Fafe teve 11, Póvoa de Lanhoso sete em Vila Nova de Famalicão a APAV chegou a 21 vítimas.

No que diz respeito às estatísticas locais, a tendência no concelho vimaranense revela pouca oscilação nos números. Em 2009, primeiro ano com informações recolhidas e analisadas pela Pordata, foram 233 as queixas recebidas pelas autoridades por crimes de violência doméstica. Esse valor ascendeu aos 307 no ano seguinte, 2010, tendo sido o ano com o valor mais elevado.

Depois de dois anos com ligeira descida nas queixas apresentadas, sendo que de 2014 para 2015 o número baixou de 252 para 228, ou seja, menos 24 casos, e

de 2015 para 2016 regrediu em mais duas queixas, passando para as 226, o ano 2017 assinalou o regresso a valores mais elevados. As autoridades vimaranenses, sendo Polícia de Segurança Pública (PSP) ou Guarda Nacional Republicana (GNR), receberam um total de 230 casos de violência doméstica. Segundo garante a APAV, muitos dos casos que recebem são reencaminhados pela GNR (5.1%), pela PSP (10.7%) e pela Polícia Judiciária (4%)e, também ao nível de cooperação entre entidades, os órgãos de polícia criminal trabalham de perto com a associação.

De um total de 3.097 crimes registados pelas polícias de Guimarães em 2017, 230 dizem respeito à violência doméstica contra cônjuge ou análogos, um valor mais elevado do que outras categorias analisadas, como os furtos em veículos motorizados, os furtos em residências ou os furtos em edifícios comerciais ou industriais. • [Joana Quintas](#)



DR

APAV LANÇA ESTATÍSTICAS SOBRE VIOLÊNCIA FILIOPARENTAL

Artigo | 15/11/2018 10:50

VOTAR

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresenta o relatório "Estatísticas APAV: Crimes de Violência Doméstica | Violência Filioparental 2013-2017". Neste período, a APAV abriu 3.387 processos de apoio relativos a violência filioparental, nos quais se contabilizaram 7.076 factos criminosos.

A violência filioparental caracteriza-se por atos violentos e intencionais de filhos em relação aos pais – envolvendo ameaça, intimidação e domínio para a obtenção de controlo e poder. Dos factos criminosos contabilizados, 6.627 (94%) correspondem a crimes de violência doméstica em sentido estrito (atos criminais enquadráveis no art. 152º, como maus tratos físicos, maus tratos psíquicos, ameaça, coação, injúrias, difamação e crimes sexuais).

A vergonha e a manutenção do mito da harmonia familiar favorecem o secretismo em torno do problema, o que tem contribuído para uma intervenção menos desenvolvida neste campo do que noutros tipos de violência intrafamiliar (como o abuso/negligência dos filhos ou a violência entre parceiros íntimos).

A violência filioparental não é um problema individual ou uma questão restrita ao contexto familiar; é um problema social, de justiça e de saúde pública. A APAV tem vindo a alertar a sociedade portuguesa para esta realidade, ainda obscura, da violência doméstica praticada pelos filhos contra os pais.

Nos dados agora apresentados, 81,69% das vítimas são do sexo feminino. Cerca de 48% dos pais vítimas de violência doméstica tinham 65 ou mais anos de idade. Na maioria dos casos, o autor do crime é do sexo masculino (68,65%) e com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos (17,7%). Destaca-se que o número de autores e autoras de crime (3.579) ultrapassou, no período em questão, o número de vítimas (3.369).

A violência doméstica, também na forma da violência filioparental, é um crime público que não pode ser remetido ao silêncio.

A APAV está disponível para ajudar através de diferentes serviços, nomeadamente através da Linha de Apoio à Vítima - 116 006 (dias úteis, 9h-21h) – o número gratuito e confidencial de apoio da APAV.

Mães idosas já ligam para a APAV para tentarem evitar agressões dos filhos



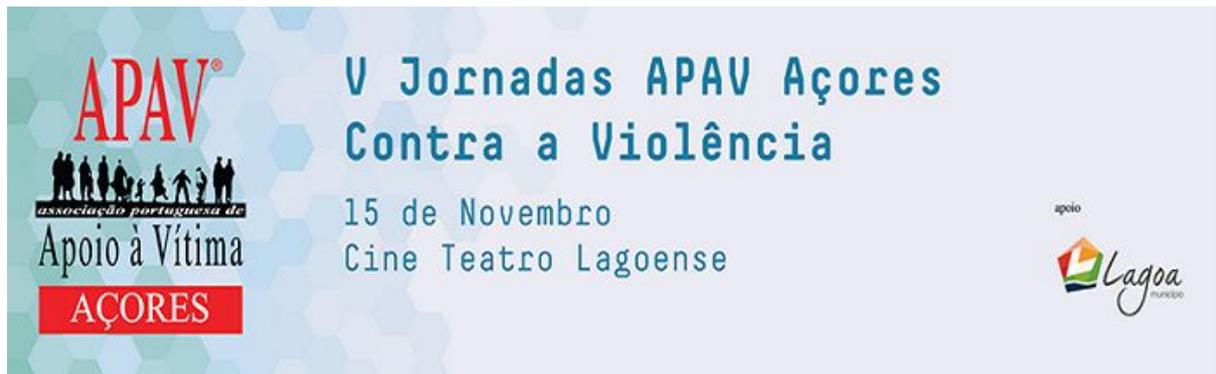
O número de mulheres assassinadas em Portugal, em 2018, voltou a aumentar. Ainda novembro não acabou e **já são 24 as que perderam a vida**. Destas, **oito** (mais três do em quem 2017) **eram mães e deram à luz o seu próprio algoz**. Dados que chegam do Observatório de Mulheres Assassinadas, elaborado pela União de Mulheres Alternativa e Resposta.

E se as **mais velhas que sucumbem ante a violência dos seus filhos são em menor dimensão** do que as que morrem às mãos dos companheiros, certo é **que o número de queixas relativas aos idosos crescem e partem de mulheres que estão a viver todos estes dramas** em silêncio ao contrário do que é habitual. Quem o relata é a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a propósito do **dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres**, que se assinala este domingo, 25 de novembro.

“Os números que nos vão chegando, relativamente à violência contra idosos, sobretudo mulheres, indicam uma cifra negra enormíssima. A maioria das mães e dos pais não querem denunciar este tipo de violência, nem apresentar queixa contra os filhos”, refere Daniel Cotrim.

"V Jornadas APAV Açores" contra a Violência

12 NOVEMBRO 2018



Na próxima quinta-feira, **dia 15 de novembro**, a **APAV Açores** promove em Lagoa as **V Jornadas APAV Açores contra a Violência**. O Cine Teatro Lagoense foi o espaço escolhido para albergar esta iniciativa.

Após quatro edições, Lagoa será pela primeira vez palco de discussão e reflexão partilhadas com vários parceiros, sobre temáticas do âmbito do apoio a vítimas de crime e da prevenção da vitimação e da violência. Na quinta edição das jornadas serão abordadas três áreas principais: violência filiofamiliar, apoio online a vítimas de crime e violência contra pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência.

Do programa do evento destaca-se um vasto painel de especialistas: Catarina Machado (coordenadora do Serviço Ação Social da Câmara Municipal de Lagoa), Maria José Martins (representante da Segurança Social na Rede Regional de Cuidados Continuados), Sónia Sousa Braga (juíza de Direito do Juízo de Família e Menores de Ponta Delgada do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores), Joana Quental Vasconcelos (psicóloga/terapeuta familiar no Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica), Pedro Gomes (psicólogo clínico na Associação de Promoção de Públicos Jovens), Ana Filipa Nabais e Rui Melo (Associação Seara de Trigo), Manuela Santos, Maria Chaves Martins e Raquel Rebelo (APAV) e Maria de Oliveira (coordenadora executiva do Centro de Formação APAV).

Com início marcado para as 9.30, a sessão de abertura arranca na voz de representantes da Secretaria Regional da Solidariedade Social e da Câmara Municipal de Lagoa.

As Jornadas estendem-se ao longo do dia e terminam com uma sessão de encerramento, marcada para as 16.45, com a presença de Sílvia Branco, gestora da APAV Açores.

Destaque · Vila Verde

Assinala-se hoje o dia internacional para eliminação da violência contra mulheres

25 Novembro 2018 - 11:34 · por Redação

Assinala-se este domingo, 25 de novembro, o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, o que despoletou várias ações ao longo da última semana, também em Vila Verde. A fachada de vários edifícios municipais ostentou várias faixas alusivas ao tema, na passada sexta-feira, retratando as mulheres mortas por violência doméstica em 2017.



Já a partir deste domingo, são desenvolvidas várias atividades, a nível nacional, como o caso da Guarda Nacional Republicana que estará durante toda a semana com campanhas de sensibilização para este tipo de crime, sobretudo em meio rural onde se registam habitualmente casos de violência doméstica relacionado com armas de fogo.

Também a Polícia de Segurança Pública assinalou este dia com uma “Carta Aberta” às mulheres vítimas de maus tratos. Aquela polícia mostra-se “disponível” para receber qualquer denúncia de maus-tratos e apela para que as mulheres que sofrem em silêncio se munam da força necessária para fazer uma chamada para a esquadra mais próxima ou deslocar-se lá pessoalmente.

Em 2017, foram registadas 21 mortes como consequência de violência doméstica em Portugal.

Pedir apoio

Se foi vítima de violência e em caso de emergência contacte o 112 – número nacional de socorro – que chamará a polícia.

Pode apresentar queixa na GNR, PSP, piquete da Polícia Judiciária ou diretamente junto dos Serviços do Ministério Público.

Se é vítima recorrente e sofre em silêncio contacte a APAV através da Linha de Apoio à Vítima: **116 006** (chamada gratuita, dias úteis 09h-19h) ou pelo email apav.sede@apav.pt.

Das associações a especialistas: há muito a fazer na prevenção da violência contra a mulher

Jéssica Sousa 25 Novembro 2018, 12:00

Assinala-se este domingo o Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra a Mulher, mas a questão persiste: Estará o sistema de acompanhamento e judicial do lado das vítimas? "Não deveríamos ter de esperar outros 30 anos para construirmos o nosso edifício da prevenção da violência".



Aos olhos das associações e especialistas, o apoio psicológico e judicial pouco apoiam e protegem a vítima de violência física e sexual, tendo em conta o número de penas suspensas ou ainda, casos vividos em silêncio atualmente. O balanço interrompe, assim, três anos de descida, sendo que a solução terá de passar sempre pela prevenção, proteção e formação

Criminalidade violenta

Evolução da criminalidade violenta e grave em Portugal



Fonte: RASI a 29/03/2018

[Sugestões?](#)

A violência doméstica foi apenas reconhecida como crime público há 18 anos atrás, mas as penalizações não têm influenciado as taxas de crime. Elisabete Brasil, da UMAR, apontou que, ao contrário do que se tem verificado com o homicídio, em que tem havido uma tendência decrescente, os números de femicídio têm-se mantido constantes. "Este ano está novamente a contrariar porque segue as tendências da

última década e voltamos a um contraciclo".

Na altura da entrevista à Lusa, o número de vítimas mortais era de 21, "é brutal tendo em conta que estamos em Setembro e já temos o mesmo nível de mortes do ano passado", revelou a responsável. No entanto, cresceu para 22 este mês, após uma mulher de 21 anos ter sido morta por um homem de 27, depois de resistir à violação.

Segundo Daniel Cotrim, psicólogo e dirigente da APAV em conversa com o Jornal Económico (JE) ainda existe um grande número de 'casos invisíveis' e de mulheres que não fazem denúncias (6.584 dos casos, as vítimas não denunciaram o(s) seu(s) agressore(s), segundo os mais recentes dados APAV). Isto dá-se "devido ao estigma, preconceito, medo, mas também pela própria 'impreparação' do sistema para a proteção da vítima". Entre 2013 e 2017, a APAV registou um total de 36.528 processos de apoio a pessoas vítimas de violência doméstica. "Esta falta de resposta por parte da justiça, faz com que a própria vítima tenha uma maior dificuldade em recorrer a ajuda".

De acordo com dados do Bloco Esquerda, em 2017, registaram-se através das forças e serviços de segurança 26.713 participações de violência doméstica, sendo que apenas 16% das queixas chegaram a tribunal e destas, cerca de 70% são arquivadas.

RLIS Paredes assinala Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres com colóquio

Iniciativa contará com a participação de profissionais que actuam no campo das violências de género e de vários tipos de discriminação

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) de Paredes vai assinalar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres com a realização de um colóquio que contará com a participação de profissionais que actuam no campo das violências de género e de vários tipos de discriminação.

“Tendo a RLIS e pelas responsabilidades que assume na dinamização do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do concelho de Paredes, necessidade de alargar a sua intervenção-reflexão junto de outras organizações e serviços mais especializados, nomeadamente em áreas temáticas ainda ‘resistentes’ como é a violência doméstica e de género e outras emergentes, como o tráfico de seres humanos e a discriminação pela orientação sexual; sentiu-se a necessidade de reunir profissionais que actuam diariamente junto desta problemática, de forma a identificar realidades e estratégias de identificação, combate e de consciencialização da comunidade”, justifica nota de imprensa.

A iniciativa contará com a participação da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; da APF Norte – Associação para o Planeamento da Família, e da Associação Plano i.

Decorrerá entre as 9h30 e as 12h30, no dia 22 de Novembro, no pólo da CESPU – Cooperativa de Ensino Superior Politécnico Universitário em Gandra, Paredes.

Vítima de violação doa indemnização de dois mil euros à APAV

Inglesa de 24 anos foi violada por condutor de reboque em Aljezur.

A indemnização de dois mil euros que o condutor de um reboque terá de pagar a uma turista inglesa, de 24 anos, que confessou ter violado em Aljezur, será doada à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O homem, de 33 anos, foi condenado, quarta-feira, pelo Tribunal de Lagos a uma pena de quatro anos e seis meses de cadeia, pela violação de uma inglesa.

O motorista confessou o crime e a pena foi suspensa. Foi ainda condenado a pagar dois mil euros à vítima, que decidiu entregar o dinheiro à associação que apoia vítimas.

O condutor deu boleia à mulher e atacou-se num local ermo.

PORTUGAL

"As condenações por violação são insuficientes"

22.11.2018 18:30 | por Mariana Branco  108

Daniel Cotrim, da APAV, falou à SÁBADO: "Enquanto continuarmos a viver na ideia de que as mulheres se vêm enfiar na coutada do macho ibérico isto não vai mudar."

Em Novembro **três mulheres – de 18, 19 e 21 anos – foram violadas** em Portugal. Uma, que tentou resistir, acabou morta. Com os casos de violência sexual a aumentar desde 2013, a tendência continua a ser de aumento. "Tem havido uma tendência de subida deste tipo de situações", disse à SÁBADO Daniel Cotrim, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

"A maior parte das queixas é de mulheres", explicou o também psicólogo clínico. E apesar de haver também queixas de homens, estas são mais raras. "A concessão de violação no género feminino e no género masculino é diferente. Existe a ideia de que um homem não pode ser violado".

São as condenações por violação suficientes?

De acordo com a APAV, as condenações para estes crimes em Portugal são insuficientes. "É só pensarmos no caso da **jovem que foi violada numa casa de banho** e que os seus dois agressores não foram condenados. Quem foi condenada foi a vítima porque estava no chão da casa de banho embriagada e 'estava a pedir que aquilo acontecesse'", criticou Daniel Cotrim. "Enquanto continuarmos a viver na ideia de que as mulheres se vêm enfiar na coutada do macho ibérico isto não vai mudar".

Para o psicólogo, o número de condenações e o número de penas não é suficiente. "Não passam uma imagem assertiva relativamente a estas situações", garantiu.

Consequentemente, muitas mulheres acabam por não apresentar queixa "por medo de vir a ser culpabilizadas por aquilo que lhes aconteceu", explicou. "A grande questão aqui é que as mulheres vítimas de violação, as que o são por estranhos, são vítimas no espaço público", explicou, referindo-se em grande parte às violações em que o agressor não é conhecido da vítima.

Segundo Daniel Cotrim, isto passa uma mensagem: "As mulheres não estão seguras no espaço público. O espaço público é um espaço de dominação masculina e as mulheres não se sentem seguras".

Colocar vítimas nos calabouços “é próprio de um país do terceiro mundo”, diz Paulo Morais



O juiz coordenador nas varas criminais disse ao i que vai tomar uma posição. APAV e Paulo Morais criticam duramente a forma como testemunhas são tratadas.

A detenção em calabouços de vítimas e testemunhas de crimes como violência doméstica que não comparecem voluntariamente no Campus da Justiça, em Lisboa, é considerada inaceitável por Paulo Morais e pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Uma investigação do i revelou ontem diversas falhas de segurança no principal complexo de tribunais do país – poucos polícias, normas para que usem armas descarregadas, inexistência de revistas às detidas – e denunciou que as vítimas de violência doméstica com mandado de condução são colocadas em celas, na ala onde ficam os suspeitos de crimes.

Confrontado, o Ministério da Administração Interna remeteu para a PSP qualquer esclarecimento. E este órgão de polícia criminal confirmou a existência de algumas falhas de segurança, admitindo que os calabouços são usados para vítimas e testemunhas.

Apesar de os magistrados garantirem que já fizeram alguns alertas sobre a segurança no Campus de Justiça, o Ministério da Justiça, tutelado por Francisca Van Dunem, disse apenas que não identifica nenhuma falha na segurança e ficou em silêncio perante as detenções de vítimas nos calabouços.

Contactada ontem pelo i, a Procuradoria-Geral da República não respondeu se pondera ou não averiguar a situação.

A situação é “inaceitável” para Paulo Morais, presidente da Associação Frente Cívica. “As pessoas que denunciam situações nos mais variados casos, em Portugal são sempre tratadas sem dignidade e muitas vezes com o incumprimento da lei. O sistema judicial tem de começar a tratar com dignidade as pessoas”, afirma Paulo Morais, acrescentando: “Tratar os queixosos como condenados é próprio de um país de terceiro mundo. E Portugal às vezes trata as vítimas como se fossem réus.”

Para João Lázaro, presidente da APAV, a detenção de vítimas em celas merece um pedido de esclarecimentos públicos: “O Estado português tem obrigações no âmbito da legislação, inclusivamente europeia, de assegurar condições para as vítimas e para as testemunhas, nomeadamente através de espaços próprios que não conduzam a uma maior vitimização.”

João Lázaro afirma que “não é admissível que não haja espaços próprios e é inadmissível que tenham de esperar em condições não condignas, onde espera quem tem a qualidade de agente de perigo”. “É contra as normas e estatuto das vítimas de crime em Portugal e, claro, contra as obrigações europeias, que o Estado português tem de cumprir.”

Ao i, o juiz coordenador das Varas Criminais disse desconhecer a situação e garantiu que vai tomar uma posição para pôr fim a este tratamento das vítimas.

Como o i noticiou ontem, a falta de elementos da PSP no Campus de Justiça levou a que fosse determinado que os agentes andassem com armas descarregadas para não serem surpreendidos pelos detidos, que transportam muitas vezes aos pares.

APAV registou 3.387 processos de apoio a pais que são vítimas de Violência Doméstica

📅 23 Novembro, 2018 👤 Sara Silvíno 📍 "Estatísticas APAV: Crimes de Violência Doméstica | Violência Filioparental 2013-2017", APAV, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresenta o relatório "Estatísticas APAV: Crimes de Violência Doméstica | Violência Filioparental 2013-2017". Neste período, a APAV abriu 3.387 processos de apoio relativos a violência filiofamiliar, nos quais se contabilizaram 7.076 factos criminosos.

A violência filiofamiliar caracteriza-se por atos violentos e intencionais de filhos em relação aos pais – envolvendo ameaça, intimidação e domínio para a obtenção de controlo e poder. Dos factos criminosos contabilizados, 6.627 (94%) correspondem a crimes de violência doméstica em sentido estrito (atos criminais enquadráveis no art. 152º, como maus tratos físicos, maus tratos psíquicos, ameaça, coação, injúrias, difamação e crimes sexuais).



A vergonha e a manutenção do mito da harmonia familiar favorecem o secretismo em torno do problema, o que tem contribuído para uma intervenção menos desenvolvida neste campo do que noutros tipos de violência intrafamiliar (como o abuso/negligência dos filhos ou a violência entre parceiros íntimos).

A violência filiofamiliar não é um problema individual ou uma questão restrita ao contexto familiar; é um problema social, de justiça e de saúde pública. A APAV tem vindo a alertar a sociedade portuguesa para esta realidade, ainda obscura, da violência doméstica praticada pelos filhos contra os pais.

Nos dados agora apresentados, 81,69% das vítimas são do sexo feminino. Cerca de 48% dos pais vítimas de violência doméstica tinham 65 ou mais anos de idade. Na maioria dos casos, o autor do crime é do sexo masculino (68,65%) e com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos (17,7%).

Destaca-se que o número de autores e autoras de crime (3.579) ultrapassou, no período em questão, o número de vítimas (3.369).

A violência doméstica, também na forma da violência filiofamiliar, é um crime público que não pode ser remetido ao silêncio.

A APAV está disponível para ajudar através de diferentes serviços, nomeadamente através da Linha de Apoio à Vítima – 116 006 (dias úteis, 9h-21h) – o número gratuito e confidencial de apoio da APAV.



Violência. Há mais de 7000 queixas de pais contra filhos



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou, entre 2013 e 2017, 3.369 casos de pais e mães que pediram ajuda por terem sofrido agressões por parte dos filhos. Ao todo, foram registados por parte das autoridades 7.076 casos criminosos deste tipo.

Segundo os dados divulgados esta quinta-feira pela APAV, foram recebidos 765 pedidos de ajuda este ano. Em alguns dos casos reportados, os filhos são acusados de violação e de tentativa de homicídio. Nestes cinco anos, 2.752 das vítimas eram mulheres, sendo que grande parte tinha mais de 65 anos (44,6%).

No total dos 7.076 crimes reportados às autoridades, e citados pela APAV, 2.805 diziam respeito a maus tratos psicológicos, 1.763 a maus tratos físicos, 1.130 a casos de ameaças ou coação e 688 a casos de injúrias ou difamação. Há ainda registo de 179 casos de roubo, três casos de violação e três tentativas de homicídio.

Segundo a APAV, “tendo em conta o tipo de problemáticas existentes, prevalece o tipo de vitimação continuada em cerca de 80% das situações, com uma duração média entre os dois e os seis anos (13,2%)”. A Associação destacou que 55,2% das agressões ocorrem dentro da residência comum.

Montalegre | Formação APAV



O auditório da biblioteca municipal de Montalegre acolheu uma ação de formação promovida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Um conjunto de reflexões, partilhadas com vários parceiros, sobre temáticas no âmbito do apoio a vítimas de crime e na prevenção e proteção em casos de violência.

Dos assuntos em destaque, esteve o regime jurídico aplicável à prevenção de violência doméstica, à proteção e à assistência das vítimas. Os técnicos da área da ação social presentes, foram, também, elucidados sobre o papel crucial das casas de abrigo na reestruturação da vida destas pessoas, locais seguros para que as mesmas, com ou sem filhos, possam permanecer, ter aconselhamento e ajuda relativamente aos seus direitos, proteção social, habitação, emprego, regulação das responsabilidades parentais, entre outros. A par destas notas, a iniciativa teve como objetivo fundamental, clarificar as dúvidas dos técnicos, sendo reiterada a importância do levantamento de informação e das necessidades das vítimas que procuram apoio para, desta forma, agirem no terreno com respostas mais adequadas. A associação dispõe de um conjunto de técnicos devidamente habilitados que, de forma individualizada e especializada, prestam apoio gratuito e confidencial a todas as vítimas de crime ou violência ao nível jurídico, psicológico e emocional.

TEM A PALAVRA

Elisa Brites | Gestora do Gabinete de Apoio à Vítima da APAV de Vila Real

«É um dos trabalhos visíveis da nossa associação. Para além de apoiarmos as vítimas de crime, promovemos estas ações de sensibilização e formação para que possamos dar uma resposta mais eficaz. É extremamente importante que haja um trabalho em parceria, não só com as autoridades, mas também com toda a comunidade, desde os municípios, às instituições particulares de solidariedade social e restantes entidades que podem dar resposta às vítimas de crime».



Região | APAV lança estatísticas sobre violência filio-parental 2013-2017

Publicado a 15/11/2018 | Sem Comentários

De 2013 a 2017 a APAV contabilizou 7 076 factos criminosos de violência filio-parental.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresenta o relatório «**Estatísticas APAV: Crimes de Violência Doméstica | Violência Filio-parental 2013-2017**». Neste período, a APAV abriu 3 387 processos de apoio relativos a violência filio-parental, nos quais se contabilizaram 7 076 factos criminosos.

A violência filio-parental caracteriza-se por atos violentos e intencionais de filhos em relação aos pais – envolvendo ameaça, intimidação e domínio para a obtenção de controlo e poder. Dos factos criminosos contabilizados, 6 627 (94%) correspondem a crimes de violência doméstica em sentido estrito (atos criminais enquadráveis no art. 152.º, como maus tratos físicos, maus tratos psíquicos, ameaça, coação, injúrias, difamação e crimes sexuais).

A vergonha e a manutenção do mito da harmonia familiar favorecem o secretismo em torno do problema, o que tem contribuído para uma intervenção menos desenvolvida neste campo do que noutros tipos de violência intrafamiliar (como o abuso/negligência dos filhos ou a violência entre parceiros íntimos).

A violência filio-parental não é um problema individual ou uma questão restrita ao contexto familiar; é um problema social, de justiça e de saúde pública. A APAV tem vindo a alertar a sociedade portuguesa para esta realidade, ainda obscura, da violência doméstica praticada pelos filhos contra os pais.

Nos dados agora apresentados, 81,69% das vítimas são do sexo feminino. Cerca de 48% dos pais vítimas de violência doméstica tinham 65 ou mais anos de idade. Na maioria dos casos, o autor do crime é do sexo masculino (68,65%) e com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos (17,7%). Destaca-se que o número de autores e autoras de crime (3 579) ultrapassou, no período em questão, o número de vítimas (3 369).

A violência doméstica, também na forma da violência filio-parental, é um crime público que não pode ser remetido ao silêncio.



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promoveu uma sessão de formação, na biblioteca municipal de Montalegre, que teve como objetivo informar e dotar os técnicos de ação social de ferramentas para que possam responder adequadamente a situações de violência.

Dos assuntos em destaque esteve o regime jurídico aplicável à prevenção de violência doméstica, à proteção e à assistência das vítimas. Os técnicos da área da ação social presentes, foram, também, elucidados sobre o papel crucial das casas de abrigo na reestruturação da vida destas pessoas, locais seguros para que as mesmas, com ou sem filhos, possam permanecer, ter aconselhamento e ajuda relativamente aos seus direitos, proteção social, habitação, emprego, regulação das responsabilidades parentais, entre outros, avança a autarquia.

A par destas notas, a iniciativa teve como objetivo clarificar as dúvidas dos técnicos, sendo reiterada a importância do levantamento de informação e das necessidades das vítimas que procuram apoio para, desta forma, agirem no terreno com respostas mais adequadas.

Elisa Brites, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Vila Real, foi a responsável por esta ação. A gestora lembrou que “é extremamente importante que haja um trabalho em parceria, não só com as autoridades, mas também com toda a comunidade, desde os municípios, às instituições particulares de solidariedade social e restantes entidades que podem dar resposta às vítimas de crime”.

A associação dispõe de um conjunto de técnicos devidamente habilitados que, de forma individualizada e especializada, prestam apoio gratuito e confidencial a todas as vítimas de crime ou violência ao nível jurídico, psicológico e emocional.

'Dias do Desassossego' celebram Pessoa e Saramago

Os "quatro Pessoas" em palco e um ciclo de leituras de textos proibidos são alguns destaques do evento, que decorre até ao fim de Novembro

Por **Lino Ramos** - Nov 16, 2018



Em 2018 assinalam-se os 130 anos do nascimento de Fernando Pessoa

Se fosse vivo, José Saramago faria hoje 96 anos. Fernando Pessoa, esse, é bem mais antigo, e em 2018 comemoram-se os 130 anos do seu nascimento. As duas efemérides dão o mote para mais uma edição dos "Dias do Desassossego", que começa esta sexta-feira em Lisboa e que pela primeira vez se estende também ao Porto.

O evento começa com música na Casa dos Bicos, sede da Fundação José Saramago, com o concerto dos El Sur, pelas 18:30. O espectáculo de tributo ao único português Prémio Nobel da Literatura inspira-se nas músicas do hemisfério sul e junta a poesia de algumas "almas maiores" da América do Sul como Víctor Jara, Violeta Parra, Viglietti ou Guillen.

O segundo dia arranca na Casa Fernando Pessoa com a 'Oficina do Silêncio', que cruza poesia e ciência e que através de livros e desenhos leva os mais pequenos a "mergulhar" até mil metros de profundidade e encontrar, no silêncio do fundo do mar, pequenos seres vivos luminosos que formam pequenos pontos de luz na escuridão.

No mesmo dia vai realizar-se uma leitura-concerto de 'Poemas espirituais de Oriente a Ocidente', por Cristina Alfaiate, com música de Norberto Lobo, na Igreja de Santa Isabel, também em Lisboa. A sessão vai começar com alguns místicos medievais, estendendo-se até à actualidade, a poetas como José Tolentino Mendonça, Emily Dickinson, Fernando Pessoa ou Ruy Belo.

No domingo, a iniciativa 'Lisboa, onde o mar se acaba e a terra espera' convida a um passeio literário pelos lugares do romance *O ano da morte de Ricardo Reis*, traçando um paralelo entre literatura e História, passado e presente, Saramago e Pessoa.

No dia seguinte, os músicos Ana Bacalhau e Samuel Úria vão conversar na Casa Fernando Pessoa sobre o papel das palavras e da literatura na sua vida musical. Também na segunda-feira, na oficina 'Desassossego na Paz', a mediadora Cláudia Sousa vai trabalhar com mulheres e jovens da Casa de Abrigo de Lisboa da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), em torno da leitura, da ilustração, do jogo, do pensamento, da construção, de autores e livros.

A S emana

NOS KU NOS

VBG: Cabo Verde com menos violência baseada no género mas femenicídios são mais violentos

26 Novembro 2018

A presidente do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) afirmou este sábado, 24, que os casos de violência baseada no género diminuíram em Cabo Verde, mas os femenicídios (morte de mulheres pelos companheiros) têm contornos cada vez mais violentos.

Em declarações à agência Lusa a propósito do Dia Internacional da Violência contra as Mulheres, que se assinala a 25 de novembro, Rosana Almeida disse que só este ano já se registou a morte de quatro mulheres pelos companheiros ou ex-companheiros, fora os casos ocorridos na Diáspora.

Por outro lado, acrescentou, os casos de violência baseada no género diminuíram 47%, o que demonstra que o apelo à denúncia e a passagem da mensagem de intolerância com este crime estão a surtir efeito.

“Formámos quase 500 líderes comunitários. São eles que vão replicar a mensagem. E realizámos um intenso trabalho com as organizações que combatem a violência de género”, disse.

Rosana Almeida recordou que o perfil da vítima revela que ela é sobretudo uma ex-companheira que deixa o marido, o qual não aceita a separação. Em relação ao agressor, estes são jovens.

Mas a presidente do ICIEG defende, segundo a Lusa, uma aposta maior no estudo “de forma mais apurada” da violência baseada no género em Cabo Verde.

“E preciso apostar numa cultura de dados estatísticos”, disse aquela responsável.

O Instituto está igualmente empenhado na participação de eventos como a Marcha Laranja que se realiza domingo na cidade da Praia e visa assinalar o Dia Internacional da Violência contra as Mulheres.

A marcha irá abranger o mercado de Sucupira, o principal da capital do país e onde se vende de tudo um pouco.

Nesse espaço comercial, a mensagem pela erradicação da violência contra mulheres incidirá sobretudo nas vendedeiras do mercado.

“A ideia é, através de um encontro informal, conversarmos e passarmos mensagens contra violência baseada no género e lançar um firme apelo à denúncia”, prosseguiu.

No domingo tem início a campanha mundial “16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra Mulheres e Meninas”, conhecida como “Orange Day”, a qual termina a 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, refere a Lusa. Foto: APAV (arquivo de campanha contra VBG))



APAV – 85.73% das vítimas de violência doméstica são mulheres

Estatísticas APAV | Vítimas de Violência Doméstica 2013-2017

Assinalando o dia 25 de Novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresenta as Estatísticas APAV | Vítimas de Violência Doméstica 2013-2017 . Este documento apresenta estatísticas específicas relativas a vítimas de Violência Doméstica, consideradas entre 2013 e 2017. Neste período, a APAV registou um total de 36.528 processos de apoio a pessoas vítimas de violência doméstica. Estes valores traduziram-se num total de 87.730 factos criminosos. A vitimação continuada representa cerca de 80% das situações, com uma duração média entre os 2 e os 6 anos (15,1%). A residência comum é o local mais escolhido para a ocorrência dos crimes, em cerca de 65% das situações.

Neste período, 85.73% das vítimas de violência doméstica eram mulheres. Com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos (cerca de 41%), as vítimas de violência doméstica, eram sobretudo mulheres casadas (34%) e pertenciam a um tipo de família nuclear com filhos/as (41,9%). O fenómeno da violência doméstica contra as mulheres abrange vítimas de todas as condições e estratos sociais e económicos, sendo também os/as seus/suas agressores/as de diferentes condições e estratos sociais e económicos. A violência – física, psicológica e sexual – não poderá, de forma alguma, ser tolerada. Se é vítima de violência, contacte a nossa Linha de Apoio à Vítima: 116 006 (dias úteis, das 9h às 21h). Estamos também disponíveis para apoiar através do Messenger ([facebook.com/APAV.Portugal](https://www.facebook.com/APAV.Portugal)) e Vídeochamada (Skype: [apav_lav](https://www.skype.com/pt/contacts/apav_lav)).



APAV DIVULGA RELATÓRIO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE 2013 E 2017

Por **Cristina Ferreira** - 24/11/2018



Pub

Assinalando o dia 25 de Novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima divulgou, esta quinta-feira, as Estatísticas de Violência Doméstica entre 2013 e 2017. Neste período, a APAV registou um total de aproximadamente 37 mil processos de apoio a pessoas vítimas de violência doméstica. Estes valores traduziram-se num total de cerca de 88 mil factos criminosos. A vitimação continuada representa cerca de 80% das situações, com uma duração média entre os 2 e os 6 anos, sendo a residência comum o local mais escolhido para a ocorrência dos crimes, representando cerca de 65% das situações. No período em causa, mais de 85% das vítimas de violência doméstica eram sobretudo mulheres casadas, com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos, pertencentes a um tipo de família nuclear com filhos. Ainda segundo o relatório, o fenómeno da violência doméstica contra as mulheres abrange vítimas de todas as condições e estratos sociais e económicos, sendo também os seus agressores de diferentes condições e estratos sociais e económicos.



V Jornadas APAV Açores Contra a Violência

15 de Novembro
Cine Teatro Lagoense

Na próxima quinta-feira, dia 15 de novembro, a APAV Açores promove em Lagoa as V Jornadas APAV Açores contra a Violência. O Cine Teatro Lagoense foi o espaço escolhido para albergar esta iniciativa.

Após quatro edições, Lagoa será pela primeira vez palco de discussão e reflexão partilhadas com vários parceiros, sobre temáticas do âmbito do apoio a vítimas de crime e da prevenção da vitimação e da violência. Na quinta edição das jornadas serão abordadas três áreas principais: violência filiofamiliar, apoio online a vítimas de crime e violência contra pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência.

Do programa do evento destaca-se um vasto painel de especialistas: Catarina Machado (coordenadora do Serviço Ação Social da Câmara Municipal de Lagoa), Maria José Martins (representante da Segurança Social na Rede Regional de Cuidados Continuados), Sónia Sousa Braga (juíza de Direito do Juízo de Família e Menores de Ponta Delgada do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores), Joana Quental Vasconcelos (psicóloga/terapeuta familiar no Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica), Pedro Gomes (psicólogo clínico na Associação de Promoção de Públicos Jovens), Ana Filipa Nabais e Rui Melo (Associação Seara de Trigo), Manuela Santos, Maria Chaves Martins e Raquel Rebelo (APAV) e Maria de Oliveira (coordenadora executiva do Centro de Formação APAV).

Com início marcado para as 9h30, a sessão de abertura arranca na voz de representantes da Secretaria Regional da Solidariedade Social e da Câmara Municipal de Lagoa.

As Jornadas estendem-se ao longo do dia e terminam com uma sessão de encerramento, marcada para as 16h45, com a presença de Sílvia Branco, gestora da APAV Açores.

DL/APAV



CIDADE DE LAGOA RECEBE, PELA PRIMEIRA VEZ, AS V JORNADAS APAV A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA...

🕒 15 Novembro, 2018 📁 Actualidade 💬 Deixar Comentário

CIDADE DE LAGOA RECEBE, PELA PRIMEIRA VEZ, AS V JORNADAS APAV

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove, hoje, as V Jornadas APAV Açores contra a Violência, que decorrem, pela primeira vez, na cidade de Lagoa, mais precisamente no Cine Teatro Lagoense Francisco D’Amaral Almeida.

As Jornadas APAV pretendem, através da discussão e reflexão sobre a temática do apoio à vítima de crime, que o estatuto de vítima de violência e crime seja plenamente reconhecido, valorizado e apoiado, tanto as vítimas, como as suas famílias e amigos através de ajuda gratuita, qualificada e confidencial.

No decorrer do dia, serão, assim, abordadas três áreas principais: Violência Filioparental, Apoio Online a Vítimas de Crime e Violência contra Pessoas com Deficiência Intelectual e/ou Multideficiência.

De referir que, a Câmara Municipal da Lagoa, durante este ano, desenvolveu uma parceria com a APAV, na implementação do projeto de apoio à vítima online através do Gabinete de Ação Social da autarquia. Uma medida inovadora que se encontra ainda numa fase embrionária, mas com grande potencial.

Aquando da cerimónia de abertura desta sessão, em representação da Câmara Municipal de Lagoa, o vereador Nelson Santos frisou que, “relativamente a este tipo de atendimento, tivemos a oportunidade de realizar apenas um, sendo que, já temos outra sessão agendada. O feedback do primeiro atendimento realizado via online foi bastante positivo, quer por parte da utente, quer por parte da técnica de apoio à vítima que o executou”, demais acrescentou que, “em termos de benefícios destaca-se que, financeiramente, este tipo de atendimento não acarretou qualquer gasto para a utente, uma vez que a mesma não teve de despende dinheiro em transportes para se deslocar ao local de atendimento”.

De lembrar que, o município da Lagoa está inscrito na Associação Nacional dos Municípios Portugueses desde 2015, como um município aderente à Rede de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, no seu processo de autonomização, através das medidas de apoio desenvolvidas pelo Gabinete de Ação Social, como é exemplo o fundo de emergência social.

Nelson Santos reiterou ainda a colaboração e disponibilidade da Câmara Municipal de Lagoa na parceria com a APAV, que tem sido “de verdadeira cooperação e proximidade e com a clara convicção de que estas Jornadas contribuirão para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas, centradas no estatuto da vítima, criando momentos de reflexão e de partilha de preocupações entre os parceiros e as instituições envolvidas, que diariamente lidam com esta dura realidade da violência, que infelizmente perdura nos nossos dias, na maioria das vezes, de forma silenciosa, escondida atrás do medo das suas vítimas”.

Fonte: Câmara Municipal de Lagoa – Açores